

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO E DA MIGRAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ*

Valéria Villa Verde Reveles Pereira**

O texto apresentado tem a finalidade de destacar alguns aspectos relacionados ao processo migratório ocorrido nas últimas décadas no Estado do Paraná. Na condição de variável histórica, deve ser compreendido no contexto mais amplo e complexo da demografia e, consequentemente, da própria história do Paraná e do Brasil.

No entanto, o escopo deste documento não permite uma análise ampla do tema. Dessa forma, optou-se por destacar aspectos da história do Paraná que permitam compreender os movimentos empreendidos pela população para, em seguida, apresentar dados selecionados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos populacionais, por estarem ancorados nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), estão limitados pela própria periodicidade do recenseamento que, no caso do Brasil, é de dez anos, tendo o último levantamento sido feito no ano de 2000. Assim, não se dispõe de dados atualizados que expressem os movimentos populacionais ocorridos nessa última década.

Soma-se a essa observação, outra, de caráter metodológico, uma vez que o projeto Inclusão e Desenvolvimento Territorial delimitou um espaço de ação com relativa homogeneidade socioeconômica e cultural.

Nesse caso, um dos pontos referenciais consistiu na adoção da noção de rural ampliado, representado por aqueles municípios cuja população total fosse igual ou inferior a 20 mil habitantes, e em que a densidade populacional fosse inferior a 80 habitantes por km² na data do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2001), realidade predominante na área do projeto. Note-se que esse recorte de ruralidade engloba as zonas rurais e urbanas dos municípios, e que esses parâmetros metodológicos não coincidem com os critérios de urbano e rural captados pelo IBGE, exigindo redobrada atenção dos analistas ao traçarem paralelismo entre os dois conceitos.

* Este texto foi organizado para subsidiar a Unidade de Gestora do projeto Inclusão e Desenvolvimento Territorial.

** Pesquisadora do IPARDES.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Paraná esteve, está e estará inserido nas complexas relações econômicas presentes no Brasil e no mundo, e estas dão a tônica social.

Nesse sentido, dois momentos, em particular, transcorridos no século XX, ilustram esse movimento, na medida em que envolvem distintas escalas, e terão participação na conformação da sociedade paranaense: i) No início do século, imigrantes europeus se estabelecem no Paraná, com o que o Estado participa no assentamento de inúmeras famílias que enfrentavam situações adversas nos seus locais de origem. Esse movimento decorreu do reordenamento político e econômico do velho continente e permite entender inclusive que a Europa fez a sua reforma agrária utilizando os “estoques” de terra do novo mundo: a América e a Oceania. Essa população conformará, junto com outros povos já estabelecidos, a sociedade paranaense; ii) Outro momento marcante foram as transformações tecnológicas de base agrícola ocorridas na década de 1970, responsáveis por um impactante reordenamento fundiário com implicações sociais de grande magnitude.

Estudo realizado por Fleischfresser¹ demonstrou que esse fenômeno, ao integrar o setor agrícola regional ao padrão tecnológico vigente, desagregou a antiga forma de produzir e, em consequência, as relações sociais entre a população residente no meio rural. Essas alterações foram de tal ordem que mudaram radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 mil habitantes. Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 mil pessoas com redução de aproximadamente 100 mil estabelecimentos rurais.

A concentração fundiária deixou uma herança pesada do ponto de vista social pois aprofundou as diferenças entre os segmentos produtivos – indicadores econômicos positivos, mesmo exuberantes, convivendo com indicadores sociais alarmantes.

O processo de diferenciação social ocorrido nos anos 70 configurou, grosso modo, dois segmentos predominantes: empresários rurais e agricultores familiares. Esse último segmento abrigando subgrupos como os agricultores que, com política de crédito, conseguiram se capitalizar e produzir segundo as exigências de mercado (escala/padrão e regularidade), e os agricultores de subsistência. Deve-se considerar que cada grupo guarda heterogeneidades.

Os anos 80 se caracterizam por ser um período recessivo. Nesse contexto, parte significativa do segmento da agricultura familiar, que tendia a se consolidar, é impedida pela elevação das taxas de juros e retração do mercado interno e externo.

É sobre esse pano de fundo que as instituições e os gestores públicos atuarão nos anos seguintes.

¹ FLEISCHFRESSER, Vanessa. O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário 1985. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.12, p.7-12, dez. 1987.

Pode-se dizer que os anos de 1990 e 2000 se caracterizam pela estabilização econômica e tentativa de consolidação político-institucional do Estado brasileiro, com ênfase em políticas públicas compensatórias e de inclusão socioeconômica.

O desenvolvimento recente do Estado tem a marca da intensa modernização da base produtiva, da sua concentração em alguns pólos regionais que define contornos de disparidade tanto em regiões como internamente às mesmas. A distribuição da população traduz a força desse processo, conformando espacialidades que se adensam, em oposição a muitas outras, que se esvaziam. Na esteira desse processo ocorreu uma acentuada ampliação da desigualdade social, que se revelou em crescentes restrições para a inserção no mercado de trabalho formal e em ampla disparidade na apropriação da renda entre as pessoas (IPARDES, 2004).

Destacam-se estudos² demonstrando que, a partir da crise da cafeicultura, entre os anos 60 e 70, parte da mão de obra empregada nessa atividade (meeiros, arrendatários, parceiros) estabeleceu-se no centro do Estado, uma vez que a terra era menos valorizada. Tal movimento vem demonstrar o quanto as histórias particulares inscrevem-se em uma história mais global solicitando que o particular e o coletivo sejam continuamente cotejados, especialmente nos dias que correm, onde as escalas entre o global e o local estão continuamente sendo colocadas ora como desafios ora como atrativos.

POPULAÇÃO³

Os dados de população, conforme já foi registrado, apresentam o limite temporal dos censos demográficos. A população paranaense, segundo a recontagem da população (2007), já ultrapassou os 10 milhões de habitantes, e o grau de urbanização continua se elevando, estando em torno de 85% (tabela 1).

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1980/2007

ANO	POPULAÇÃO			GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS (%)
	Total	Urbana	Rural		
1980	7.629.392	4.472.561	3.156.831	58,6	6,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	73,4	5,8
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	81,4	5,6
2007	10.284.503	8.644.949	1.639.554	84,1	5,6

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil e Contagem da População 2007

² IPARDES. **Leituras Regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004. Disponível em: <www.pr.gov.br/ipardes/publicações/leituras_regionais.htm>. Acesso em: dez. 2009.

³ Essa análise está baseada no estudo do IPARDES, **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regionais. Curitiba: IPARDES, 2005.

Verificou-se também que as taxas de crescimento estão declinando, tanto as urbanas quanto as rurais, e que a média de 1,7 filhos por mulher aponta para o fato de que a população paranaense já não está se repondo (dado não apresentado). Esses dados, pela relevância que alcançam em termos de planejamento, devem ser notados e ponderados.

Sob o prisma dos vetores das migrações paranaenses, pode-se afirmar que, desde os anos 70, quando o Paraná passou a experimentar o agudo processo de expulsão de população para fora de suas divisas, algumas regiões sustentaram largamente esses movimentos. As áreas do Norte paranaense – Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro – e o Oeste geraram perdas populacionais principalmente de vetor interestadual, em detrimento da dinâmica intermesorregional (dados não apresentados). Ainda no final dos anos 80 essa tendência persistia. O Sudoeste, naquele quinquênio, também evidenciava uma predominância de perdas interestaduais. Nos anos 90, a maior parte das mesorregiões paranaenses passa a apresentar um panorama distinto, uma vez que a emigração interestadual perde força, predominando, então, as trocas intermesorregionais. Vale notar, entretanto, em paralelo a essa tendência, o expressivo ganho comparativo de importância que os saldos migratórios interestaduais adquiriram em favor das áreas mais dinâmicas do Estado – notadamente a Metropolitana e a Norte Central (tabela 2).

TABELA 2 - TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMESORREGIONAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA⁽¹⁾, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1986/1991 E 1995/2000

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	1986/1991			1995/2000		
	Interme- sorregionais ⁽²⁾	Interestaduais ⁽³⁾	Total ⁽⁴⁾	Interme- sorregionais ⁽²⁾	Interestaduais ⁽³⁾	Total ⁽⁴⁾
Noroeste	-24.140	-44.639	-68.779	-12.647	-9.770	-22.417
Centro-Occidental	-16.198	-20.484	-36.682	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	18.995	-28.165	-9.170	7.835	9.751	17.586
Norte Pioneiro	-21.346	-30.006	-51.352	-9.762	-4.301	-14.063
Centro-Oriental	-8.459	-2.863	-11.322	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	-1.176	-31.110	-32.286	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	-19.997	-31.481	-51.478	-16.589	-18.956	-35.545
Centro-Sul	-12.646	-12.091	-24.737	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	-4.030	-1.453	-5.483	-8.658	-3.006	-11.664
Metropolitana de Curitiba	88.997	19.513	108.510	90.771	37.404	128.175
PARANÁ	0	-182.779	-182.779	0	-25.344	-25.344

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O **imigrante** de data fixa, de um município, dos períodos 1986/1991 e 1995/2000, não residia, cinco anos antes no município de residência da data do Censo; o **emigrante** de data fixa de um município, dos períodos 1986/1991 e 1995/2000 é aquele que, cinco anos antes, residia neste município, mas na data do Censo estava morando em outro local.

(2) Exclusive movimentos intermunicipais de origem mal definida.

(3) Exclusive Brasil sem especificação e país estrangeiro.

(4) Como não estão incluídos os migrantes internacionais, refere-se ao saldo intranacional.

Os principais pontos nacionais de destino dos fluxos migratórios oriundos do Paraná têm sido os centros urbanos do Estado de São Paulo, notando-se sempre um peso substantivo para aqueles localizados na área metropolitana paulista, e os estados do Sul, com destaque para Santa Catarina. Entretanto, são conhecidos os fluxos emigratórios que o Paraná gerou para as áreas da última grande fronteira agrícola brasileira, sobressaindo-se, nesse processo, os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia como fortes regiões receptoras. Da mesma forma, têm sido estes os principais pontos brasileiros de origem dos imigrantes interestaduais que o Paraná recebe, cabendo salientar que são crescentes as proporções de imigrantes de retorno no conjunto desses fluxos.

Na verdade, o fenômeno da migração de retorno ao local de nascimento vem crescendo no contexto das migrações brasileiras. Proporções elevadas de nordestinos, há muito radicados em São Paulo, retornam a seus estados de nascimento e, muitas vezes, ao próprio município natal. O mesmo movimento tem sido registrado com relação a mineiros e paranaenses – para esse Estado, pode-se, inclusive, supor que a migração de retorno deverá assumir um papel determinante em seu crescimento demográfico futuro (tabela 3).

TABELA 3 - FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA⁽¹⁾ E VARIAÇÃO PERCENTUAL -
PARANÁ - 1986-1991 E 1995-2000

TIPOS DE FLUXO	QUINQUÊNIO		VARIAÇÃO (%)
	1986-1991	1995-2000	
Intermunicipais (intraestadual)	766.308	753.685	-1,6
Intermesorregionais (intraestadual)	356.636	342.447	-4,0
Interestaduais			
Imigrantes ⁽²⁾	269.078	297.311	10,5
Emigrantes	451.857	322.655	-28,6
Trocias líquidas	-182.779	-25.344	-621,2
Internacional			
Imigrantes ⁽³⁾	7.380	32.011	333,8
Emigrantes	-	-	-

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

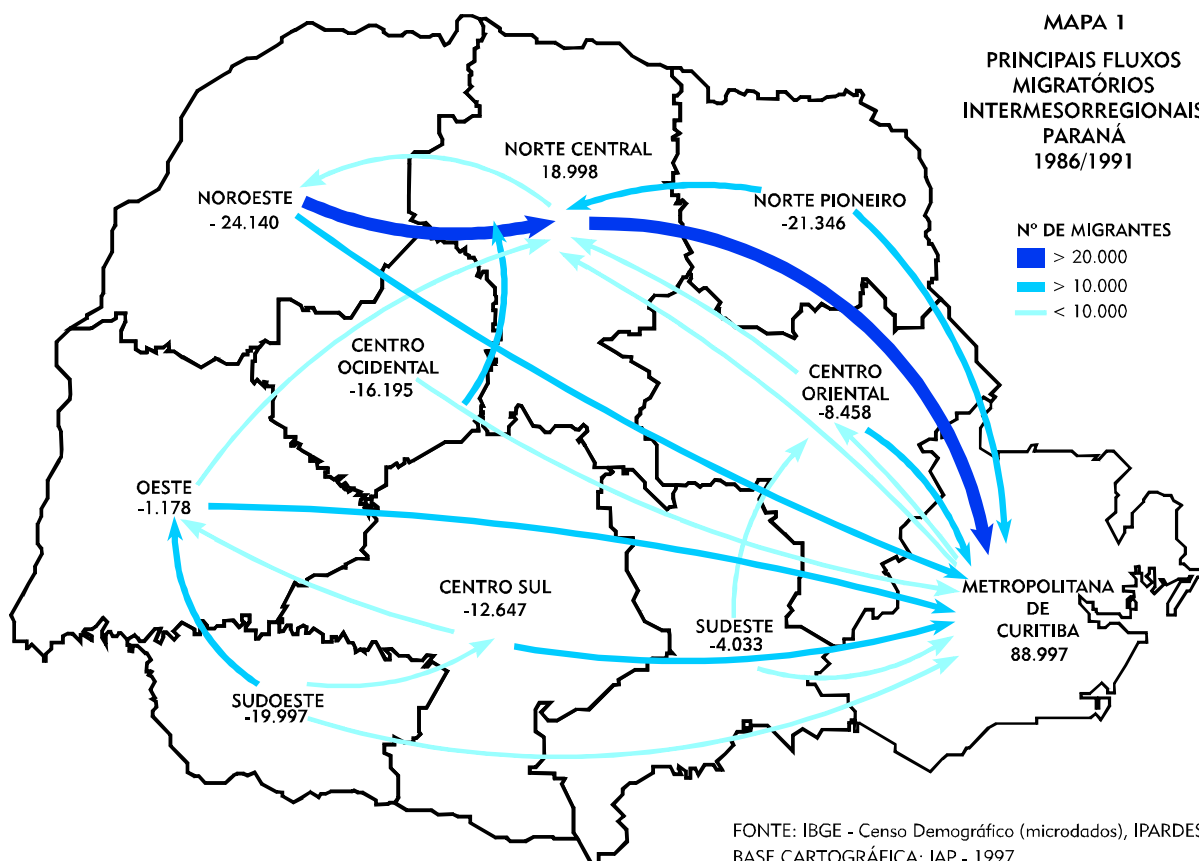
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Os dados de migração de data fixa têm como referência pessoas maiores de 5 anos de idade na data do recenseamento que informaram residir, cinco anos antes, em um município (ou país) distinto daquele de residência atual.

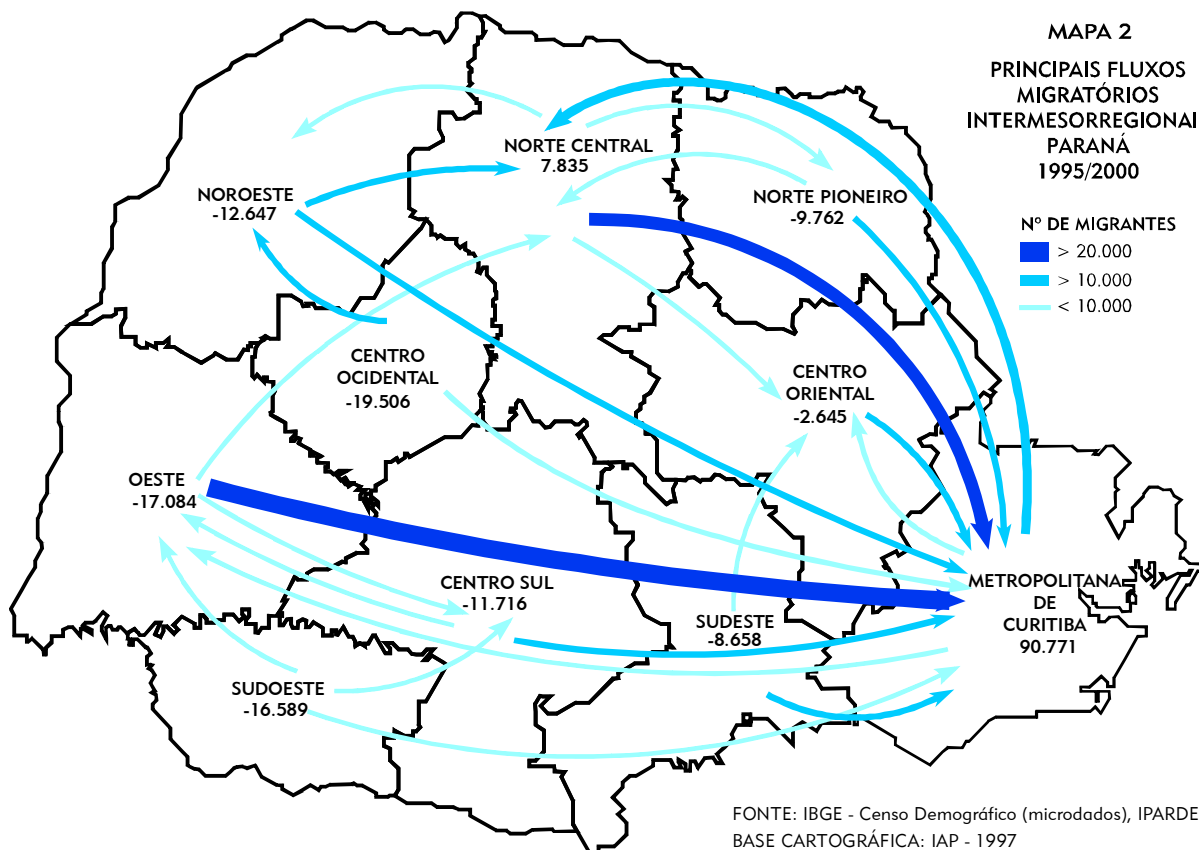
(2) Exceto Brasil sem especificação.

(3) Exceto país de origem sem especificação.

MAPA 1
PRINCIPAIS FLUXOS
MIGRATÓRIOS
INTERMESORREGIONAIS
PARANÁ
1986/1991



MAPA 2
PRINCIPAIS FLUXOS
MIGRATÓRIOS
INTERMESORREGIONAIS
PARANÁ
1995/2000



Estudo desenvolvido⁴ destacou:

- a continuidade dos deslocamentos com destino urbano, com peso significativo daqueles com origem também urbana;
- a importância de trocas de curta distância, indicando movimentos de circularidade;
- a confirmação da atratividade metropolitana e, secundariamente, das principais aglomerações urbanas interioranas;
- os movimentos de partida da metrópole e dos principais polos, majoritariamente na direção de suas periferias imediatas.

A constatação de certa padronização de comportamentos instiga a reflexão no sentido de melhor qualificar os fluxos, seja para identificar as condições socioculturais dos migrantes (idade, sexo, instrução, renda, ocupação), seja para compreender os elementos econômicos e institucionais das localidades envolvidas (atividades e padrões produtivos, disciplinas de uso e ocupação do solo, dinâmica do mercado imobiliário, políticas públicas de atração de investimentos, políticas sociais) que induzem ou restringem a opção por trocas.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Dados selecionados para contextualizar o tema da migração⁵

Do ponto de vista da economia agrícola, os censos agropecuários mostraram que a tônica na década de 1970-80 foram as regiões mais dinâmicas do Norte e Oeste; em 1980-85 foram as menos dinâmicas, no Paraná Tradicional (centro do Estado), pela criação de pequenos estabelecimentos e aumento de área; e em 1995-2006 aumentaram os estabelecimentos.

Uma particularidade do Censo Agropecuário de 2006 está na divulgação de resultados específicos, como, por exemplo, para a agricultura familiar. A delimitação desse segmento se deu a partir do critério estabelecido pela Lei da Agricultura Familiar (Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006).

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 81,63% se enquadraram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos.

Note-se que o Estado apresentou percentuais de estabelecimentos próximos aos do Brasil e da Região Sul, segundo os critérios estabelecidos (tabela 4).

⁴ KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.27-50, jan./abr. 1999.

⁵ Esse item é uma síntese da segunda parte do estudo do IPARDES. **Primeiros resultados do censo agropecuário 2006 – Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuário_2006.pdf>. Acesso em: dez. 2009.

TABELA 4 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	Total		Agricultura Não-Familiar		Agricultura Familiar	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasil	5 175 489	100,0	807 587	15,6	4 367 902	84,4
Região Sul	1 006 181	100,0	156 184	15,52	849 997	84,48
Paraná	371 051	100,0	68 144	18,37	302 907	81,63

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Segundo a classificação dos estabelecimentos em familiar e não-familiar, o maior número absoluto de estabelecimentos não-familiares encontra-se na mesorregião Norte Central, com 12.865 estabelecimentos. Em termos percentuais, essa mesorregião divide com a Centro-Oriental os maiores percentuais de estabelecimentos não-familiares (23,7%). Na outra ponta, o Sudoeste apresenta o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar (88,9%), seguido pela mesorregião Sudeste (tabela 5).

TABELA 5 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO MESORREGIÃO GEOGRÁFICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - PARANÁ - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	Total		Agricultura Não-Familiar		Agricultura Familiar	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Noroeste	37 723	100,0	8 400	22,3	29 323	77,7
Centro-Occidental	21 310	100,0	4 540	21,3	16 770	78,7
Norte Central	54 272	100,0	12 865	23,7	41 407	76,3
Norte Pioneiro	29 661	100,0	6 305	21,3	23 356	78,7
Centro-Oriental	19 174	100,0	4 549	23,7	14 625	76,3
Oeste	53 216	100,0	9 464	17,8	43 752	82,2
Sudoeste	44 479	100,0	4 947	11,1	39 532	88,9
Centro-Sul	41 368	100,0	7 780	18,8	33 588	81,2
Sudeste	39 390	100,0	4 725	12,0	34 665	88,0
Metropolitana de Curitiba	30 458	100,0	4 569	15,0	25 889	85,0
Paraná	371 051	100,0	68 144	18,37	302 907	81,63

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto aos estabelecimentos da agricultura familiar, em termos absolutos, a mesorregião Oeste detém o maior número deles (43.752). Esse resultado surpreende por estar identificado com culturas de *commodities* (soja e milho), que, sabidamente, direcionam para uma concentração fundiária. Muito provavelmente, a integração entre avicultores e grandes abatedouros tem influência sobre os números apresentados por essa região.

Analisando de forma desagregada a variável Área, observa-se que somente na mesorregião Sudeste a agricultura familiar detém o maior percentual do total da área dos estabelecimentos (58,42%), e a mesorregião Centro-Oriental mostra a maior concentração, uma vez que apenas 11,20% da área dos estabelecimentos está enquadrada na categoria da agricultura familiar (tabela 6).

TABELA 6 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO MESORREGIÃO GEOGRÁFICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - PARANÁ - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS					
	Total		Agricultura Não-Familiar		Agricultura Familiar	
	ha	%	ha	%	ha	%
Noroeste	2 223 035	100,00	1 768 791	79,57	454 243	20,43
Centro-Occidental	1 111 176	100,00	836 397	75,27	274 779	24,73
Norte Central	2 390 405	100,00	1 836 732	76,84	553 673	23,16
Norte Pioneiro	1 343 886	100,00	1 034 953	77,01	308 934	22,99
Centro-Oriental	1 659 553	100,00	1 472 161	88,71	187 392	11,29
Oeste	1 716 586	100,00	1 069 601	62,31	646 986	37,69
Sudoeste	969 951	100,00	403 316	41,58	566 635	58,42
Centro-Sul	1 927 700	100,00	1 413 708	73,34	513 993	26,66
Sudeste	1 128 202	100,00	632 843	56,09	495 359	43,91
Metropolitana de Curitiba	816 040	100,00	568 152	69,62	247 889	30,38

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em relação à participação percentual do Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar, a mesorregião Sudoeste apresenta o maior valor percentual (65,88%), seguido da mesorregião Sudeste, com 58,25% (tabela 7).

TABELA 7 - VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO MESORREGIÃO GEOGRÁFICA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - PARANÁ - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS					
	Total		Agricultura Não-Familiar		Agricultura Familiar	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Noroeste	1 811 011	100,0	1 002 305	55,35	808 706	44,65
Centro-Occidental	1 041 676	100,0	734 398	70,50	307 278	29,50
Norte Central	2 908 830	100,0	1 819 339	62,55	1 089 491	37,45
Norte Pioneiro	1 066 778	100,0	659 367	61,81	407 412	38,19
Centro-Oriental	1 389 726	100,0	1 094 297	78,74	295 429	21,26
Oeste	2 810 006	100,0	1 442 196	51,32	1 367 810	48,68
Sudoeste	1 505 476	100,0	513 637	34,12	991 838	65,88
Centro-Sul	1 210 483	100,0	760 766	62,85	449 717	37,15
Sudeste Paranaense	1 168 509	100,0	487 829	41,75	680 680	58,25
Metropolitana de Curitiba	985 374	100,0	543 399	55,15	441 974	44,85

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Estado aponta que 1.117.084 pessoas ocupadas (cerca de 70%), encontram-se em estabelecimentos classificados como da agricultura familiar, evidenciando a importância desses estabelecimentos para a dinâmica do mercado de trabalho (tabela 8).

TABELA 8 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	Total		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasil	16 567 544	100,0	4 245 319	25,6	12 322 225,0	74,4
Região Sul	2 920 420	100,0	679 122	23,3	2 241 298,0	76,8
Paraná	1 117 084	100,0	336 766	30,2	780 318,0	69,9

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

COMENTÁRIOS FINAIS

É preciso ter presente que na última década a economia brasileira se estabilizou, possibilitando oportunidades e criando um novo ambiente para a inclusão socioeconômica da população em geral. Nesse sentido, vale lembrar que um aspecto central no processo de elaboração de uma intervenção pública de caráter socioeconômico consiste em definir quem são os indivíduos, os grupos, as famílias ou as regiões que serão beneficiadas – cada política demandará um conjunto de critérios específicos.

Cabe destacar também que os segmentos mais capitalizados possuem capacidade de investimento (quando demandam investimento público esse se insere no que os economistas chamam de “investimento na competitividade sistêmica”) e estão voltados para a infraestrutura de transporte ou de energia, por exemplo; ou seja, são estratégias macroeconômicas. Então, do ponto de vista da inclusão socioeconômica, são os pequenos, os pouco capitalizados que constituem o grande grupo demandante de políticas públicas de inserção econômica.

Na última década, políticas públicas desenhadas tanto pelos níveis federal, quanto estadual têm direcionado esforços para integrar segmentos produtivos que estiveram ou ainda estão fora do mercado e das oportunidades, em especial, as voltadas aos agricultores familiares como são, por exemplo, os programas PRONAF, PRONAT, Territórios da Cidadania, Trator Solidário, Microcrédito, Leite das Crianças, entre outros.